



A dor como um tipo natural

Lucas Lima da Silva¹

RESUMO: Uma importante questão sobre a dor debatida na Filosofia da Mente se refere à possibilidade ou não de considerá-la um tipo natural. No presente artigo, serão analisadas três visões nesse debate: a de Jeniffer Corns, que defende que não, devido à complexidade e idiosincrasia da dor; a de Daniel Dennett, que defende que sim, com base no funcionamento do cérebro; e o representacionismo de Cutter e Tye, que apoia a dor como um tipo natural ao considerar a interocepção. Por fim, será feita uma defesa do representacionismo.

PALAVRAS-CHAVE: Dor. Filosofia da Mente. Tipos naturais. Representacionismo. Interocepção.

ABSTRACT: An important question about pain debated in the Philosophy of Mind concerns whether or not it can be considered a natural kind. In this article, three views within this debate will be analyzed: that of Jeniffer Corns, who argues it cannot, due to the complexity and idiosyncrasy of pain; that of Daniel Dennett, who argues it can, based on brain function; and the representationalism of Cutter and Tye, which supports pain as a natural kind by considering interoception. Finally, a defense of representationalism will be presented.

KEYWORDS: Pain. Philosophy of Mind. Natural kinds. Representationalism. Interoception.

INTRODUÇÃO

A dor é uma experiência que está – via de regra – presente na vida de todos os seres humanos. Como tal, ela é alvo de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, como a ciência e a filosofia. Especificamente, a filosofia da mente é uma área da filosofia que tem se atentado ao estudo da experiência da dor, com várias propostas e descobertas sendo feitas nos últimos anos. A filosofia da mente, como se sabe, busca trabalhar não apenas com especulações, mas levar em consideração as pesquisas recentes nas ciências naturais. Desse modo, vemos a influência de pesquisas empíricas nas várias teorias da dor desenvolvidas pelos filósofos da mente. Dentre os vários filósofos que tratam desse tema, selecionamos os seguintes para o nosso trabalho: Jeniffer Corns, Daniel Dennett, Brian Cutter e Michael Tye.

¹ Graduando em Filosofia.

Em nossa pesquisa, o tema inicial que nos motivou foi a questão da dor como um tipo natural. Como tipos naturais, podemos entender aquelas coisas que a ciência propriamente investiga e que são suscetíveis de generalização, sendo, portanto, úteis para a teorização científica – o que inclui explicação e predição (CORNS, 2020, p. 9). Assim, a água, por exemplo, pode ser entendida como um tipo natural, uma vez que pode ser generalizada na fórmula H_2O , que possibilita tanto a sua explicação quanto a predição dos fenômenos que podem acontecer com ela. É sabido, no entanto, que para algumas coisas é mais difícil oferecer uma generalização ou encontrar propriedades necessárias. Exemplos disso são aquelas coisas que possuem relação com fatores sociais ou psíquicos (o conceito de adolescente, por exemplo, dificilmente pode ser enquadrado como um tipo natural). Nesse contexto, a pergunta que nos interessa é: é possível afirmar a dor como um tipo natural? Por um lado, uma filosofia da mente com viés mais naturalista irá buscar identificar o maior número de objetos como tipos naturais. Por outro lado, a dor é uma experiência conhecida por seu caráter multidimensional, o que inclui sua complexidade e a presença de vários fatores. Portanto, no presente artigo serão analisadas três visões filosóficas sobre a experiência da dor, e em que medida elas favorecem ou impossibilitam estabelecer a dor como um tipo natural.

1 A COMPLEXIDADE DA DOR SEGUNDO JENIFFER CORNS

Uma filósofa que tem sido importante na defesa de que a dor não é um tipo natural é Jeniffer Corns. Em seu livro *The Complex Reality of Pain* (2020), ela defende que a dor é uma experiência complexa e idiossincrática e, portanto, não pode ser enquadrada como um tipo natural – e consequentemente, não é útil para propósitos científicos (p. i). Corns busca, ao longo dessa obra, analisar e refutar todas as tentativas de situar a dor como um tipo natural. Primeiramente, a filósofa identifica dois aspectos na experiência da dor: o mental, na medida em que a dor pode ser identificada pela interocepção; e o extra-mental, relativo a processos corporais. Quanto ao aspecto extra-mental da dor, Corns dá especial atenção à nocicepção – “processamento de entradas de alto limite via receptores termiais, mecânicos e de pressão que são preferencialmente sensíveis a tais entradas, i.e. assim chamados, nociceptores” (CORNS, 2020, p. 6, tradução nossa). Desde o descobrimento da nocicepção, houve a tentativa de identificá-la como um sistema constitutivo da experiência da dor. No entanto, Corns argumenta contra essa posição, afirmando que a “nocicepção frequentemente ocorre sem a dor ser relatada ou evidenciada em quaisquer outros comportamentos, e a dor é frequentemente relatada e evidenciada ao longo de muitos comportamentos sem a ocorrência de nocicepção” (CORNS, 2020, p. 6, tradução nossa). Dessa forma, ela defende o que denominaremos aqui de “argumento da dispensabilidade”: o sistema nociceptor tem mero impacto casual (contingente) na experiência da dor. Assim, a dor não dependeria necessariamente de uma ativação do sistema nociceptor.

A partir dessa constatação, Corns analisa mais a fundo quais descobertas têm sido feitas sobre a experiência da dor na ciência e na medicina. Aqui, o entrelaçamento entre essas áreas se dá na medida em que “respostas efetivas à dor irão diferir dependendo do que ela é,

e afirmações sobre o que a dor é são inadequadas se elas se provam inefetivas quando testadas na prática” (CORNNS, 2020, p. 16, tradução nossa). Como o objetivo da autora é defender que a dor não é um tipo natural, sua preocupação central é verificar se é possível estabelecer um mecanismo para a dor. Essa preocupação se justifica pela opinião, defendida por muitos filósofos e cientistas, de que a dor é um tipo natural em virtude de possuir um mecanismo ou sistema. O filósofo Richard Boyd, por exemplo, exerceu grande influência ao defender que “é uma condição necessária de tipos naturais que eles são sujeitos a explicação mecanicista (homeostática)” (BOYD apud CORNS, 2020, p. 10, tradução nossa).

Nesse sentido, Jeniffer Corns traça um panorama que aborda as diferentes concepções da dor na ciência e na medicina ao longo da história. Na segunda metade do século XX, havia um consenso geral de que a dor é uma sensação simples e de que em algum momento suas áreas neurais seriam identificadas (CORNNS, 2020, p. 16). Posteriormente, os cientistas Melzack e Wall (1965 e 1983) desenvolveram sua teoria de controle de portão. Essa teoria descobriu a presença de mecanismos da dor relacionados a três dimensões fundamentais desta: sensorial-discriminativa, afetiva-motivacional e processo de controle. “Essas dimensões foram explicitamente identificadas não como meras causas ou consequências da dor, mas como componentes genuínos” (CORNNS, 2020, p. 16, tradução nossa). No entanto, Corns aponta que modelos científicos contemporâneos dominantes identificam a dor como uma experiência multidimensional, que envolve sensação, afeto, motivação, cognição e avaliação (CORNNS, 2020, p. 16). Já quanto à medicina da dor, seu foco até recentemente era identificar e eliminar a origem patológica. No entanto, essa abordagem não solucionava casos complexos (por exemplo, a dor persistindo após o tratamento, ou a magnitude da dor não correspondendo ao dano) (CORNNS, 2020, p. 17). Isso levou a uma abordagem alternativa, a “análise de dor”, que “busca classificar as dores baseado em qualquer que seja o mecanismo subjacente que as determina” (CORNNS, 2020, p. 18, tradução nossa). Conforme era esperado, isso levou à descoberta de que diferentes dores possuem diferentes mecanismos - exemplos disso são a dor neuropática e a dor de lesão tecidual, que “são conhecidas por não serem determinadas ou mantidas pelos mesmos mecanismos subjacentes” (CORNNS, 2020, p. 18, tradução nossa). A descoberta de diferentes mecanismos teve como consequência que “os novos modelos baseados em mecanismo não buscam identificar o mecanismo da dor; antes, eles buscam identificar vários mecanismos explicando vários tipos de dor” (CORNNS, 2020, p. 19, tradução nossa). Nesse sentido, a base para a descoberta desses mecanismos é o relato dos pacientes, o que mostra o entrelaçamento entre ciência e medicina. No entanto, o problema principal que surge aqui é como extrapolar mecanismos de sintomas (CORNNS, 2020, p. 19).

Ao fim dessas considerações acerca da compreensão da dor na ciência e na medicina, a conclusão de Jeniffer Corns é que

a ciência da dor, como testada pela prova severa da medicina da dor, revelou que a dor é um episódio mental complexo, convergente e idiossincrático que é referenciado com sucesso e de forma útil para os propósitos cotidianos, mas que não é generalizada de forma útil

para quaisquer propósitos científicos (CORNNS, 2020, p. 22, tradução nossa).

Finalmente, a autora aponta que a compreensão da medicina da dor mudou, passando de uma suposição da dor como um fenômeno biológico, químico ou mecanicista para um entendimento da dor como uma experiência complexa e idiossincrática, com o tratamento variando caso a caso (CORNNS, 2020, p. 23).

Após tratar acerca dos mecanismos da dor, Jeniffer Corns analisa a experiência interoceptiva da dor. Nesse contexto, seu foco é analisar a visão da filosofia analítica contemporânea sobre a dor, denominada por Corns de “ortodoxia da simplicidade”. Segundo essa visão, as dores são episódios mentais com um caráter qualitativo distintivo. Ou seja, existe uma qualidade distintiva da dor, que é uma condição necessária e suficiente para que a dor ocorra (CORNNS, 2020, p. 30). Essa qualidade distintiva da dor seria identificada pela introspecção (ou interocepção). Ou seja, olhando “para dentro de nós mesmos”, encontraríamos episódios mentais que possuem a qualidade da dor (CORNNS, 2020, p. 33, tradução nossa). O problema apontado por Corns é que parece não haver essa qualidade da dor, visto que as dores variam amplamente em suas qualidades (CORNNS, 2020, p. 33). Uma proposta de qualidade da dor, por exemplo, seria o seu caráter desagradável. No entanto, existem casos em que a dor se apresenta sem essa característica (CORNNS, 2020, p. 38). Exemplos disso são os casos em que pacientes relatam sentir dor, mas não incômodo, e os casos de indiferença (mas não insensibilidade) à dor (CORNNS, 2020, p. 37). Além disso, existem episódios mentais desagradáveis que não são dores, como o aborrecimento, o tédio ou o cansaço (CORNNS, 2020, p. 40). Assim, Corns conclui que uma qualidade distintiva da dor não pode ser encontrada por relatos de primeira-pessoa.

Ao fim de todos esses argumentos, a conclusão de Jeniffer Corns é um retorno à sua tese inicial: a dor é uma experiência complexa e idiossincrática e, portanto, não pode ser enquadrada como um tipo natural, sendo inútil para propósitos científicos.

No entanto, veremos a partir de agora posições que contrariam a defendida por Jeniffer Corns – ou seja, posições que afirmam a possibilidade de estabelecer a dor como um tipo natural.

2 O NATURALISMO DE DANIEL DENNETT

O filósofo Daniel Dennett se tornou um dos mais famosos e influentes defensores do naturalismo na contemporaneidade. Como tal, também possuía uma orientação fortemente naturalista em sua abordagem na filosofia da mente. Em seu livro *Brainstorms – Philosophical Essays on Mind and Psychology* (1981), Dennett escreveu um capítulo intitulado *Why You Can't Make a Computer that Feels Pain* (Por que você não pode construir um computador que sente dor). Ao longo desse capítulo, o filósofo busca formular uma teoria descritiva acerca da experiência da dor, procurando estabelecer um mecanismo da dor operante no cérebro. Caso seja possível esgotar tudo o que há sobre a dor nessa teoria, seria também possível replicar

essa estrutura em uma máquina e fazer com que ela sentisse dor. Isso provaria que a experiência de dor é redutível a um conjunto de processos físicos que sempre operam segundo um certo mecanismo. Consequentemente, seria possível estabelecer a dor como um tipo natural. Apontaremos aqui, de forma resumida, o trajeto que Dennett faz nesse capítulo de seu livro e qual a sua conclusão final.

Primeiramente, Dennett reconhece que não é possível replicar a dor em uma máquina por meio de simulações do comportamento de seres humanos em situações de dor. Ou seja, mesmo que um robô possa “falar” que está sentindo dor e possua partes mecânicas que emulam certas reações corporais, não é possível dizer que houve verdadeira dor (DENNETT, 1981, p. 195-196). Isso se deve ao fato de que a dor real não é redutível a certos comportamentos, mas está “ligada ao esforço pela sobrevivência, à real perspectiva de morte, às aflições de nossa carne suave, frágil e cálida” (DENNETT, 1981, p. 197, tradução nossa). Além disso, a dor parece ser não apenas biológica, mas ligada com noções particulares da espécie humana tais como intuições éticas, sentidos de sofrimento, obrigação e mal (DENNETT, 1981, p. 197).

Apesar disso, Dennett afirma que tais questões relativas à forma de vida não são determinantes e não anulam a possibilidade de que uma máquina sinta dor. Nesse sentido, ele rejeita que (1) compostos orgânicos sejam capazes de realizar funções irrealizáveis por materiais não-orgânicos, e que (2) a bioquímica da realização do estado de dor seja essencial (DENNETT, 1981, p. 198). A partir disso, o filósofo passa grande parte do texto tentando construir um modelo fisicalista que explique o funcionamento da dor. As duas partes principais desse modelo são o *old low path* (sistema límbico), formado por hipotálamo, formação reticular, paleocortex e hipocampo; e o *new high path* (neocortex), que é a parte do cérebro mais elevada, filogeneticamente nova e caracteristicamente humana (DENNETT, 1981, p. 201). Dennett também leva em consideração a atividade da nocicepção, mas pontua que alguns sinais de dor são emitidos sem que ela seja ativada (DENNETT, 1981, p. 203). Além disso, em seu modelo, Dennett localiza as dores no *new high path*, ao passo que o *old low path* é responsável pela reação a elas (DENNETT, 1981, p. 207). Já a possível condição necessária para a experiência da dor seria a excitação da formação reticular (DENNETT, 1981, p. 215).

Após estabelecer esse modelo da dor, o autor retorna à questão filosófica que motivou seu exercício: a teoria resultante é uma teoria da dor; ela captura a dor de forma que qualquer realização do fluxograma poderia ser dita propriamente capaz de experimentar dor genuína? (DENNETT, 1981, p. 216). Além disso, coloca outra questão, relacionada à esta: “podemos localizar a dor, como distinta de suas causas e efeitos típicos, no fluxograma?” (DENNETT, 1981, p. 216, tradução nossa). A resposta de Dennett para essas perguntas é que o fluxograma realizado por ele oferece uma descrição funcional em um nível sub-pessoal. Ou seja, “o fluxograma lida diretamente não com os atos, crenças, pensamentos e sentimentos de uma pessoa, mas com a maquinaria de bastidores que governa as disposições de discurso, sub-rotinas motoras, armazenamento de informação e recuperação e afins” (DENNETT, 1981, p. 216). Essa abordagem funcional, segundo o filósofo, causa confusões conceituais e deixa sem resposta uma série de questões filosóficas. Nas palavras de Dennett,

As questões filosóficas não parecem inúteis, mas nossa teoria sub-pessoal não (pelo menos ainda não) fornece alavancagem para respondê-las. O silêncio do relato sub-pessoal aqui se deve simplesmente ao fato de que a dor mesma não aparece em nosso fluxograma, que parece se preocupar apenas com as causas e efeitos da dor (DENNETT, 1981, p. 218, tradução nossa).

Ou seja, a teoria de Dennett acerca do funcionamento da dor não mostra a dor em si mesma, mas apenas suas causas e efeitos. Isso ocorre pois a dor é sentida em nível pessoal, ao passo que a teoria pode oferecer apenas uma descrição dos processos sub-pessoais subjacentes à experiência. Levando isso em consideração, Dennett analisa a experiência interoceptiva da dor, buscando entendê-la como uma recepção interpretada. Nesse sentido, a dor seria “uma percepção que é influenciada por muitos fatores prévios cognitivos e conativos” (DENNETT, 1981, p. 224, tradução nossa). No entanto, o autor aponta que, embora essa posição seja teoricamente clara, é difícil dizer o que exatamente deve ocorrer para que tenha havido uma interpretação, uma vez que a interpretação de sinais pode produzir vários efeitos (DENNETT, 1981, p. 224). Dennett parte então para uma análise essencialista da dor, mas considera que o que governa nossas decisões sobre essencialidade é o nosso estoque de intuições pré-teóricas, que nós verificamos estar em desarranjo (DENNETT, 1981, p. 226). O autor também descarta que haja um tipo de acesso privilegiado ou incorrigibilidade na nossa experiência da dor (rejeita a ideia de que, se dissermos que há dor, isso é necessariamente verdade) (DENNETT, 1981, p. 226). Além disso, ele considera que dificilmente é possível afirmar a essencialidade do aspecto negativo da dor ao lado da tese do acesso privilegiado (DENNETT, 1981, p. 227-228).

Ao final de sua análise, Dennett recomenda a desistência em procurar características essenciais à dor. Em vez disso, o que ele sugere é deixar que “os estados de dor sejam quaisquer estados de ‘tipo natural’ que os cientistas do cérebro descubram (se algum dia eles encontrarem algum) que normalmente produzam todos os efeitos normais” (DENNETT, 1981, p. 228, tradução nossa). Assim, Dennett não consegue fornecer uma explicação que estabeleça a dor como um tipo natural, mas acredita que isso é possível com futuras descobertas científicas. Consequentemente, também conclui a impossibilidade de se realizar uma instanciamento de qualquer teoria da dor em um robô, visto que a teoria não supre todas as nossas demandas intuitivas sobre o que a dor é (DENNETT, 1981, p. 228). No entanto, o filósofo insiste que não existe um “mistério irremediável sobre o fenômeno da dor”, sendo possível desenvolver futuramente “uma boa teoria da dor fisiológica sub-pessoal” (DENNETT, 1981, p. 228, tradução nossa). Se e quando isso for realizado, seria possível construir um robô que instanciasse essa teoria e sentisse dor real (DENNETT, 1981, p. 229).

Temos na abordagem de Daniel Dennett, portanto, uma posição naturalista, que acredita na possibilidade de estabelecer uma teoria que explique a dor em nível fisiológico e sub-pessoal. Nessa perspectiva, seria possível identificar a dor como um tipo natural. Apesar disso, foi visto que o filósofo encontrou alguns obstáculos na construção dessa teoria, e

ele mesmo não conseguiu desenvolvê-la de forma satisfatória. No entanto, desde a década de 80, na qual Dennett escreveu seu texto, foram realizados avanços e descobertas na ciência da dor. Concomitantemente, foram desenvolvidas outras propostas de fornecer uma explicação naturalista para experiência da dor. Veremos, a seguir, uma dessas propostas: o representacionismo.

3 O REPRESENTACIONISMO DE CUTTER E TYE

Brian Cutter e Michael Tye são filósofos que participam do debate atual sobre a experiência da dor, defendendo a tese representacionista. O representacionismo é uma explicação naturalista da experiência da dor, e busca explicá-la principalmente através de sua percepção interna (experiência interoceptiva). Nesse sentido, a teoria de Cutter e Tye pode ser colocada em contraste com a posição defendida atualmente por Jeniffer Corns. Assim, ao passo que Corns defende que a complexidade da dor impossibilita a generalização dessa experiência, Cutter e Tye propõem uma teoria que visa explicar as diferentes experiências de dor da forma mais abrangente possível. Nesse sentido, é interessante analisar o representacionismo de Cutter e Tye como uma possibilidade de estabelecer a dor como um tipo natural.

O texto que será aqui analisado para a compreensão da teoria representacionista é o artigo *Tracking Representationalism and the Painfulness of Pain*, publicado em 2011 por Cutter e Tye. Nesse artigo, os filósofos tomam partido do representacionismo de rastreio, que identifica experiências simbólicas (como a dor, por exemplo) com estados neurais simbólicos (CUTTER; TYE, 2011, p. 90-91). O propósito do artigo, por sua vez, é “examinar e responder a um problema aparentemente sério que a experiência da dor levanta para o representacionismo de rastreio” (CUTTER; TYE, 2011, p. 91, tradução nossa). O problema é o seguinte: o representacionismo de rastreio afirma que “o conteúdo representacional da experiência da dor é esgotado pela informação acerca da localização e das propriedades fisiológicas de algum dano tecidual ou perturbação (disturbance)” (CUTTER; TYE, 2011, p. 91, tradução). No entanto, se essa informação esgota o conteúdo da dor, há um aspecto importante dessa experiência que não é explicado pelo representacionismo de rastreio: a qualidade afetiva negativa da dor (CUTTER; TYE, 2011, p. 91). Cutter e Tye buscam, então, responder a essa objeção traçando “um quadro no qual as nossas experiências de dor não apenas representam a presença de um dano tecidual, mas também (grosseiramente) representam nosso dano tecidual como sendo ruim para nós em algum nível” (CUTTER; TYE, 2011, p. 91, tradução nossa). Veremos em seguida, de forma resumida, em que consiste a argumentação desses autores.

Inicialmente, Cutter e Tye desenvolvem a objeção à tese representacionista. Em tese, o representacionismo de rastreio afirma que as experiências da dor rastreiam unicamente um dano tecidual ou perturbação (CUTTER; TYE, 2011, p. 93). Nesse sentido, o fenômeno da dor possui como conteúdo representacional esse dano ou perturbação. No entanto, as “experiências da dor não representam apenas a presença de uma perturbação corporal, mas também representam a perturbação como ruim, ou como tendo alguma propriedade avaliativa

negativa” (CUTTER; TYE, 2011, p. 93, tradução nossa). O problema, portanto, é que o representacionismo de rastreio não parece dar conta de explicar a “dolorosidade” da dor, que é propriamente a sua qualidade afetiva negativa. Isso se deve ao fato de que

No representacionismo de rastreio, sua experiência só representa que algo tem uma propriedade se você está em um estado interno que é causalmente sensitivo a exemplificações dessa propriedade. Mas pode ser pensado que a propriedade de ser ruim não é uma propriedade causalmente eficaz. Portanto, não é uma propriedade à qual seus estados internos podem ser causalmente sensitivos (CUTTER; TYE, 2011, p. 93, tradução nossa).

Ou seja, o representacionismo de rastreio parece afirmar que não é possível para os nossos estados internos perceber propriedades valorativas como a dolorosidade da dor, uma vez que somente o dano ou perturbação sofridos e não, o afeto negativo, seriam causalmente eficazes para que haja dor. Consequentemente, não existiria um vínculo entre o conteúdo da dor (que seria o dano ou perturbação corporal) e sua experiência, que possui a propriedade de ser ruim. Cutter e Tye, no entanto, veem essa consequência como problemática e buscam demonstrar que o representacionismo de rastreio consegue explicar a dolorosidade da dor.

A solução proposta pelos autores consiste em afirmar que propriedades valorativas como a “ruindade” da dor são sim causalmente eficazes e podem ser rastreadas por nossos estados internos (CUTTER; TYE, 2011, p. 93). Dessa forma, a descrição representacionista da dor deve afirmar que “a experiência de dor de um indivíduo A representa que há uma perturbação corporal de um certo tipo em um certo local corporal, e que essa perturbação corporal é ruim para A em um certo grau” (CUTTER; TYE, 2011, p. 97, tradução). Em seguida, deve oferecer um relato naturalista do que exatamente é a propriedade de ser ruim para A e argumentar que essa propriedade é causalmente eficaz e rastreada pelos estados internos que entramos quando experimentamos a dor (CUTTER; TYE, 2011, p. 97-98). Além disso, é preciso tratar acerca dos graus de ruindade que são experimentados por cada pessoa de modo distinto, mesmo nos casos em que o dano corporal é o mesmo (CUTTER; TYE, 2011, p. 98).

Seguindo esse roteiro, Cutter e Tye começam por explicar no que consiste a propriedade da dor de ser ruim para um dado indivíduo. Nesse sentido, afirmam que “necessariamente, x é ruim para você se, e somente se, x está apto a ferir você” (CUTTER; TYE, 2011, p. 98, tradução nossa). Assim, seus estados internos podem ser causalmente sensíveis à propriedade de te ferir, representando essa propriedade (CUTTER; TYE, 2011, p. 100). No entanto, resta ainda a questão de por que indivíduos diferentes sentem graus diferentes de ruindade na dor, mesmo quando sofrem um dano ou perturbação iguais. Acerca disso, Cutter e Tye propõem que a propriedade valorativa representada na experiência da dor não é indexada ao objeto, mas sim ao sujeito. Dessa forma, a ruindade da dor não está exatamente no local danificado, mas na percepção do indivíduo relativa àquele dano (CUTTER; TYE, 2011, p. 98). Uma possível explicação para essa percepção diversa é que indivíduos diferentes simbolizam a mesma

perturbação de formas diferentes, porque pela seleção natural eles foram desenvolvidos para simbolizá-la dessa forma com base na quantidade de perigo que aquela perturbação lhes oferece (isso pode estar relacionado às comunidades nas quais os indivíduos vivem) (CUTTER; TYE, 2011, p. 100-101).

Finalmente, os autores lidam com casos possivelmente problemáticos: primeiro, há o caso em que algo é percebido como ruim quando na realidade é benéfico (uma intervenção médica, por exemplo). Eles afirmam que essa situação não é um problema, visto que em condições ótimas (as condições que fomos desenvolvidos para operar pela seleção natural) aquela perturbação seria algo ruim (CUTTER; TYE, 2011, p. 102). Outra possível objeção é quando há um dano muito mais perigoso do que o outro (há maior capacidade de ferir), mas ambos são sentidos em níveis iguais de “ruindade”. Nesse caso, a resposta é que isso ocorre porque a experiência representa as duas perturbações sob o mesmo tipo (por exemplo, um corte em um local extremamente perigoso e outro em um local que não apresenta riscos podem ser representados sob o mesmo tipo: corte na pele) (CUTTER; TYE, 2011, p. 102-103).

Foi visto, portanto, que a proposta representacionista de Cutter e Tye busca explicar as experiências da dor de forma geral por meio da percepção interna destas, que inclui tanto o dano corporal quanto a qualidade afetiva negativa (dolorosidade). Nesse sentido, podemos entender que essa teoria leva em conta tanto a dimensão ligada ao sistema nervoso, quanto a dimensão interoceptiva da dor. Por fim, essa explicação acena positivamente para a identificação da dor como um tipo natural, uma vez que é um relato naturalista que se mostra abrangente o bastante para isso.

CONCLUSÃO

Ao longo desse artigo, vimos três abordagens filosóficas diferentes acerca da experiência da dor, sendo que nosso objetivo foi verificar a possibilidade de estabelecer a dor como um tipo natural. Primeiramente, vimos que Jeniffer Corns defende que a dor não é um tipo natural, uma vez que se trata de uma experiência multidimensional, complexa e idiossincrática. Ela argumenta que não é possível encontrar um mecanismo único ou essência da dor e, portanto, não é possível realizar uma generalização da experiência da dor. Em seguida, vimos a proposta de Daniel Dennett, que defendeu a possibilidade de situar a dor como um tipo natural, mas não conseguiu desenvolver uma teoria satisfatória que explicasse o que é a experiência da dor. Assim, seu limite foi uma explicação funcionalista a nível sub-pessoal que não consegue penetrar a dor em si, mas apenas suas causas e efeitos. Finalmente, vimos a explicação representacionista de Cutter e Tye, que fornece um relato natural acerca da experiência da dor, levando em consideração tanto sua localização corporal quanto a sua qualidade afetiva negativa (dolorosidade da dor). O foco da explicação representacionista é a percepção interna da dor (experiência interoceptiva), que identifica a dor situada em determinado local com um certo grau de ruindade (algo que é indexado ao sujeito).

Dito isso, quais as conclusões que podemos tirar ao analisarmos essas abordagens? Primeiramente, podemos identificar duas tendências no tratamento filosófico da experiência da dor: a primeira, representada por Jeniffer Corns, vai contra a naturalização da experiência da dor, insistindo na idiossincrasia dessa experiência e nos múltiplos fatores que a envolvem. Essa multiplicidade não seria captada de forma adequada por meio de uma generalização científica. A segunda tendência, representada por Dennett e pelo representacionismo de Cutter e Tye, acredita que é possível oferecer um relato naturalista que explique a experiência da dor de forma satisfatória. Nesse sentido, a dor seria um alvo adequado para a generalização científica. A primeira tendência impossibilita identificar a dor como um tipo natural, ao passo que a segunda tendência apoia essa identificação. Em meio a esses dois caminhos, qual parece ser o mais adequado?

Primeiramente, é preciso entender que a abordagem de Jeniffer Corns não visa oferecer uma teoria que explique a experiência da dor. Pelo contrário, a ideia da filósofa é justamente ir contra a generalização científica da dor, mostrando como ela é experimentada de forma diversa. Nesse sentido, essa abordagem não parece ter um grande potencial explicativo, sendo que sua preocupação é principalmente com o acolhimento das diversas experiências de dor no tratamento. A visão de Dennett obviamente não será escolhida como a ideal, visto que o autor não conseguiu encontrar uma teoria explicativa satisfatória para a dor. No entanto, sua abordagem figura como um indicativo da tendência naturalista. Por fim, temos o representacionismo de Cutter e Tye. A explicação representacionista parece ter um potencial explicativo elevado, abrangendo diferentes experiências de dor. A ênfase na experiência de interocepção possibilita lidar tanto com a localização do dano ou perturbação, quanto com sua qualidade afetiva negativa. É claro que existem aspectos da experiência da dor que o representacionismo parece não responder de forma satisfatória (aliás, nenhuma teoria parece ser imune a críticas). Poderia ser feita uma objeção, por exemplo, considerando os casos de dor em que não há o afeto desagradável. No entanto, parece que a indexação da qualidade negativa da dor ao sujeito pode responder de forma satisfatória a esses casos. O principal problema talvez esteja nos casos em que não há um local específico do corpo no qual a dor está situada (casos de dor crônica e fibromialgia, por exemplo). Nesses casos, realmente será requerido mais estudo e a teoria representacionista aparenta ter limites explicativos.

Levando tudo isso em consideração, o representacionismo parece ser a teoria filosófica mais adequada para explicar a experiência da dor. Mesmo com alguns limites, ela possui o maior alcance explicativo em meio às abordagens que foram vistas em nossa pesquisa. Desse modo, parece sensato escolhê-la e esperar que os casos não resolvidos possam ser explicados posteriormente. Consequentemente, seguir o representacionismo implica acenar positivamente à identificação da dor como um tipo natural. Essa posição parece sensata inclusive porque não descarta a influência de fatores psíquicos individuais na experiência da dor (um ponto importante levantado por Jeniffer Corns), já que leva em consideração a interocepção e coloca a dolorosidade da dor como indexada ao sujeito. Assim, a resposta à questão colocada no início do artigo é: sim, a dor é um tipo natural, e essa afirmação se apoia na teoria representacionista, que parece ser a posição com maior potencial explicativo.

REFERÊNCIAS

CORNS, Jeniffer. *The complex reality of pain*. New York: Routledge, 2020. (Routledge Studies in Contemporary Philosophy).

CUTTER, Brian; TYE, Michael. Tracking representationalism and the painfulness of pain. *Philosophical Issues*, Hoboken, v. 21, p. 90-109, out. 2011. DOI: 10.1111/j.1533-6077.2011.00199.x. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1533-6077.2011.00199.x>. Acesso em: 03 dez. 2024.

DENNETT, Daniel C. *Brainstorms: Philosophical essays on mind and psychology*. Cambridge: MIT Press, 1981.

Artigo submetido em 22/05/2025 e aprovado em 08/07/2025.

Lucas Lima da Silva: Graduando em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Pesquisa realizada como bolsista CNPq no PIBIC FAJE em 2023, sob orientação do Prof. Dr. Daniel De Luca Silveira de Noronha, no âmbito de seu projeto de pesquisa “A ideia da empatia regulada”. E-mail: sluis3491@gmail.com

Endereço: Rua Umbelina Maria de Freitas Pinto, N 68, Bairro Piratininga

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-0271-5231>

Editor: Dr. Geraldo Luiz De Mori

Avaliadores: Dr. Daniel De Luca Silveira de Noronha, Dra. Marília Murta de Almeida